

Cinqüentenário
da morte de
Monteiro Lobato

FOL CLO RE

DF
LETRAS
A REVISTA CULTURAL DE BRASÍLIA

ANO V Nº 57 / 58
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CONTRATO Nº 281-0/97
ECT/CÂMARA LEGISLATIVA/DF
OP. AC/CÂMARA LEGISLATIVA



Tradição
e sabedoria
popular



91 FEB 1999

91 FEB 1999

VA
|
|
|

DE BOLÍVAR



“A Operação Pan-Americana foi um grito contra a desigualdade de condições econômicas neste hemisfério, um brado público e alto diante dos perigos latentes no atual estado de subdesenvolvimento da América Latina. Desfraldamos o apelo à consciência da América, em voz franca e leal...”

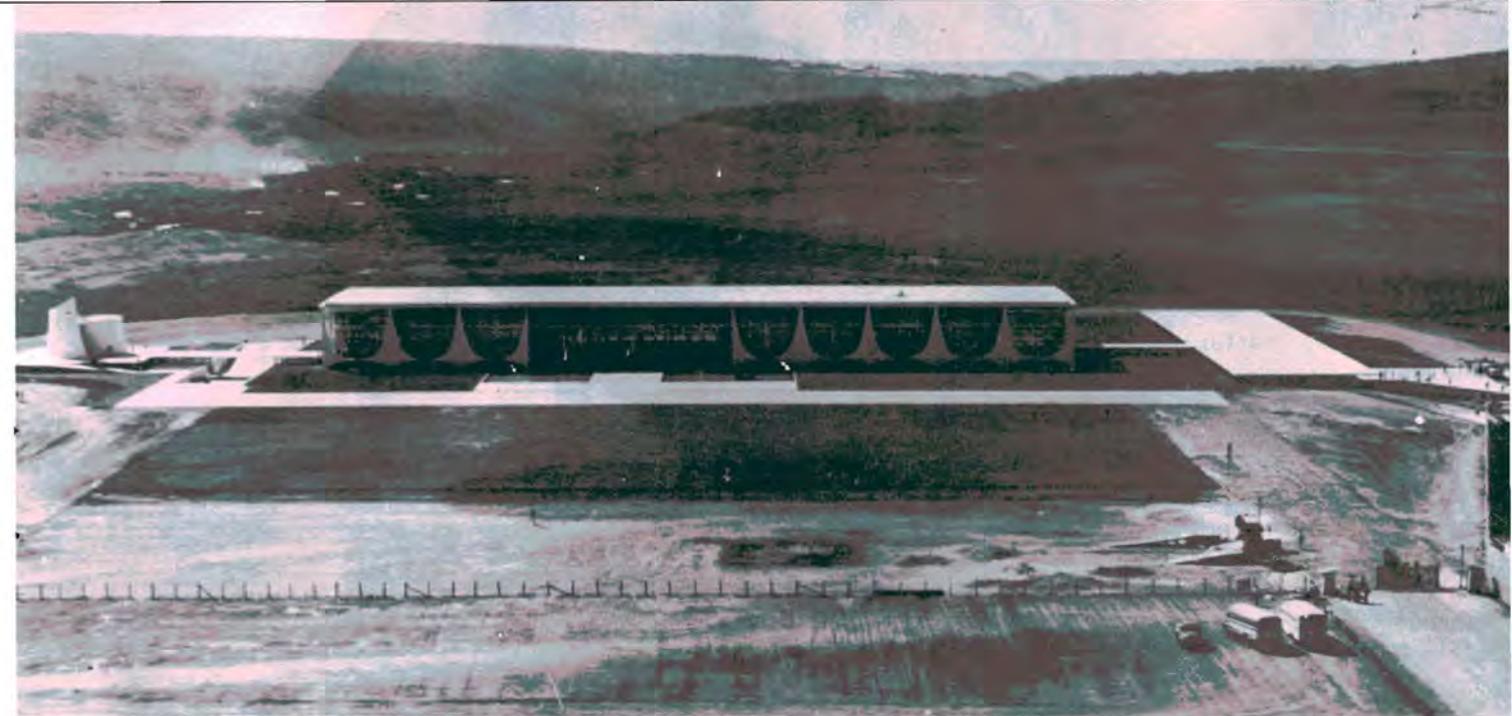
□ **AFFONSO HELIODORO DOS SANTOS**

A KUBITSCHKEK

O despertar da América Latina

Ha quase duzentos anos vêm os povos da América Latina sonhando com a integração de seus Estados. Fisicamente há - por desígnio de Deus - essa integração. As fronteiras que separam os irmãos latino-americanos são fronteiras ideais, traçadas, digamos, também por Deus. Quis Ele ver os habitantes deste imenso continente labutando, cada qual em seu território, para que tivessem - por seu trabalho - oportunidade de desenvolver-se espiritual e materialmente.

As diferenças estabeleceram-se e cada pedaço deste chão americano transformou-se em nação independente, dona de seus destinos, até onde lhe foi possível ser. Sempre tutelados por colonizadores declarados no início, e, hoje, por colonizadores que se escondem atrás



dos cofres de seus tesouros recheados do ouro levado desses povos escravizados pela cultura egoísta, mercantilista e pela prática de uma pressão econômica tradicionalmente exploradora de nosso infortúnio, continuam à mercê de uma dominação política e econômica indesejada.

Nesses quase duzentos anos de agitação pan-americanista, desde a Carta Profética de Bolívar, o Libertador, datada de 1815, têm surgido movimentos buscando a união entre os povos das Américas. Movimentos importantes se destacam nessa busca incessante de entendimento e colaboração entre os povos que compõem esta parte do mundo que, surgida da vontade aventureira e brava dos povos latinos da Europa, transformou-se, depois, em vítima dolorosa da ganância e da avidez de seus descobridores e primeiros colonizadores.

Independentes, continuamos, contudo, sujeitos às injunções políticas e econômicas a nós impostas pelos que hoje constituem os países do chamado Primeiro Mundo.

Da famosa Doutrina Monroe, em 1823, à Conferência de São Francisco, em 1945; e tantos outros encontros, tratados, cartas, acordos e a Operação Pan-Americana do presidente Juscelino Kubitschek, em 1958 - substituída pela Aliança para o Progresso, do presidente Kennedy

- e, ainda, todo o esforço realizado pelos governos, principalmente latino-americanos, culminando agora com os programas do Mercosul e do Nafta, o que temos assistido, quase sempre, são eloqüentes sessões de muita retórica e pouco resultado prático.

Na carta enviada ao presidente Eisenhower, naquele memorável dia 28 de maio de 1958, o presidente Juscelino adiantava, entretanto, que julgava ter soado a hora de rever fundamentalmente a política de entendimentos deste hemisfério, examinar o que estava sendo feito realmente em favor dos ideais pan-americanistas, em todas as suas implicações. E perguntou: "Estamos nós agindo no sentido de se estabelecer a ligação indestrutível de sentimentos e interesses que a conjuntura grave aconselha?" E mais adiante proclama: "A Operação Pan-Americana foi simples retomada de aspiração secular pela qual se bateram grandes homens do nosso continente. Deu corpo e função a um ideal coletivo, quando chegou a hora de saber se havia ou não havia realmente algo a fazer pelo fortalecimento do continente. Não visou apenas a combater adversários ideológicos, evitar infiltrações insidiosas em nossos territórios, mas também, e sobretudo, a uma solução para a crise de nosso tempo." E depois afirma: "A Operação Pan-Americana foi um grito contra a desigualdade de condições econômicas neste hemisfério, um brado público e alto diante dos perigos latentes no atual estado de subdesenvolvimento

Em 1958 o Palácio da Alvorada ainda estava em construção, em Brasília

Detalhe: ao fundo ainda não existia o Lago Paranoá

da América Latina. Desfraldamos o apelo à consciência da América, em voz franca e leal. E fizemo-lo com o realismo de quem conhece claramente os obstáculos imensos a superar, os pontos de vista antagônicos a conciliar, as incompreensões a vencer." Em outra parte diz o presidente Kubitschek: "... nunca havíamos colocado, até então, perante o continente, a idéia - inteiramente nova - de que o princípio de solidariedade comum ante a agressão e a ameaça externa deveria, agora, estender-se à luta comum contra o subdesenvolvimento e a miséria".

Temos, tramitando no Congresso Nacional, o projeto do ex-presidente Itamar Franco propondo a obrigatoriedade do estudo da língua espanhola nas escolas brasileiras, iniciativa que busca levar a bom êxito este esforço secular. Bom seria que também o português fosse obrigatório nos países de língua espanhola, quando já se busca, no mundo, por sugestão da União Latina, reforçar nos países latinófonos a nacionalização de nossos falares, para que amanhã não tenhamos que nos entender com nossos irmãos latinos em inglês, como sugere e lembra Eugène Boudin, fundador da União Latina. Entrementes, perduram as dificuldades do entendimento, da

comunhão de idéias e da convergência de ideais. Embora informal e sempre negado, o que vemos, repito, é o isolamento ou o afastamento em que vivem os povos da América Latina, isoladamente, procurando cada qual se bastar. Isoladamente, de chapéu na mão, à procura das burras cheias de nosso sangue e de nosso suor, transformados, qual milagre de um Midas, no ouro que nos é depois emprestado, instrumento de nossa dependência.

Em troca levam mais suor e mais sangue dos cofres de nossas vidas.

Os movimentos de integração e de cooperação, ora em evidência no nosso continente, haverão de encontrar, nas lideranças nacionais de cada país da América Latina, estadistas capazes de levar-nos, embora tardiamente, à independência tão sonhada por todos os povos do mundo.

Está na hora, mais do que na hora, de surgir alguém capaz de convocar este povo para uma união efetiva. É tempo de lutarmos - não pelas armas - mas pela inteligência, pela palavra, pela prosa e pela poesia, pela música, pelo teatro e pela dança, pelas artes plásticas, para levarmos às consciências de nossos irmãos a beleza da paz, da sadia convivência e da liberdade. Não a liberdade aparente, sem pão e sem teto. Mas a liberdade de fato, a liberdade que traz felicidade, que redunde em entendimento, em colaboração, em trabalho e assistência mútua.

Há 40 anos o presidente Juscelino Kubitschek lançava a Operação Pan-Americana, cujo conteúdo seria: "Fraternidade entre as nações deste continente; derrubada das barreiras entre pobres e ricos e desenvolvimento econômico e social equilibrado e solidário." Tantos anos passados, ainda hoje buscamos ressaltar, para os povos irmãos da América Latina, a importância de se tentar, pelos meios diplomáticos e pelo intercâmbio cultural, o



Uma vista aérea da região central de Brasília. À direita, o Setor Comercial Sul e ao fundo, em destaque, à esquerda, o prédio do Banco Central

revigoramento e mesmo a ressurreição de um projeto que se previa de grande alcance para o entendimento, a convivência e a colaboração entre os povos das Américas, propondo um largo projeto de desenvolvimento de cada país latino-americano, econômica e socialmente integrado.

Segundo Licurgo Costa, no prólogo escrito para o livro de Pedro Gomes Aparício *La doutrina Kubitschek en marcha*, "a agitada biografia do pan-americanismo oferece quatro momentos culminantes: a chamada Carta Profética de Bolívar, escrita na Jamaica em 6 de setembro de 1815; a Doutrina Monroe, exposta em 3 de dezembro de 1823 ao Congresso Norte-americano; a atitude das vinte nações ibero-americanas na Conferência Mundial de São Francisco, inaugurada em 26 de abril de 1945, e, finalmente, a Doutrina Kubitschek, esboçada na carta que o presidente Juscelino Kubitschek enviou em 28 de maio de 1958 ao presidente Eisenhower e desenvolvida, posteriormente, em mensagem aos povos americanos".

Dos registros acima devemos notar, todavia, que a Doutrina Monroe de 3

de dezembro de 1823 realmente firmava o princípio de não ocupação ou conquista de qualquer parte do território do Novo Mundo por países europeus, mas, sabidamente, deixava aberta a porta para a ocupação e conquistas norte-americanas no continente americano. Visava a América do Norte, principalmente, a conquista de Cuba e Porto Rico, ainda sob o domínio espanhol. Os governantes americanos, àquela época, estavam certos "de que Cuba seria um dia anexada aos Estados Unidos embora não no futuro imediato". E diziam mais: "Há leis de gravitação política como física - e se uma maçã cortada pela tempestade de sua árvore nativa não pode deixar de cair no chão, Cuba, separada pela força de sua conjugação artificial com a Espanha, e incapaz de auto-sustentação, só pode gravitar na direção da união norte-americana, a qual, pela mesma lei da natureza, não a pode rechaçar de seu seio." Claro está, pois, que Washington nutria ainda vontade de incorporar as ilhas de Cuba e Porto Rico ao seu governo. Por essas razões não podemos considerar a Doutrina Monroe, no meu modesto entender, como tendente a reforçar os princípios bolivarianos ou de Kubitschek. Mais significativa que a Doutrina Monroe no processo de entendimento e unificação dos estados que compõem hoje a América Latina, parece-me, é o Tratado de Madri de 1750, quando o diplomata brasileiro

Alexandre de Gusmão obteve significativa vitória diplomática estabelecendo o princípio do *uti possidetis facto*. Esse tratado possibilitou o estabelecimento das fronteiras do Brasil com seus vizinhos de fala espanhola, "estipulando que os domínios dos dois Estados, Portugal e Espanha, deveriam ser assinalados tomando como referência o curso de rios e de montes, mas obedecendo à posse efetiva do território delimitado pelos respectivos colonizadores". E, a partir daí, tudo se tem feito diplomaticamente. Rodrigo Otávio e Araújo Jorge consideram Alexandre de Gusmão um verdadeiro precursor do pan-americanismo sul-americano.

Motivado pelos desagradáveis acontecimentos que marcaram, naquele ano, a visita do então vice-presidente Richard Nixon, dos Estados Unidos, à América Latina, sobretudo em Lima e Caracas, onde fora vítima de manifestações hostis que tiveram significativa repercussão em todo o continente, o presidente Kubitschek, com sua visão de estadista, antecipando-se aos entraves e lentidões burocráticas, enviou ao presidente Dwight Eisenhower, dos Estados Unidos, a mencionada carta de 28 de maio de 1958. Essa carta que, neste ano, completa seus 40 anos, daria origem e seria o primeiro passo para a criação, para o nascimento da Operação Pan-Americana, como um movimento de solidariedade e amizade entre os povos latino-americanos, dependentes dos países ricos, desenvolvidos, interessados em manter-nos sob o jugo de suas economias.

Nas palavras do embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, "a inconformidade com o subdesenvolvimento se espalhava por toda a América Latina e serviria de base sólida para uma diplomacia centrada no continente". Em mensagem de junho de 1958 ao Congresso Nacional,



Foto da época da construção de Brasília, apresentando ao centro o Congresso nacional. À direita o Supremo Tribunal Federal e à esquerda o Palácio do Planalto

o presidente Juscelino Kubitschek explica que sua política externa obedeceria às seguintes diretrizes: "Afirmção brasileira, fraternidade americana, solidariedade democrática, espírito universal e cristão." A documentação que relata os acontecimentos e ocorrências da época são o testemunho de sua adesão a essas definições. As palavras, os gestos e as providências de JK nesse sentido "não eram referências ocas, mas compromissos que ganharam expressão em várias oportunidades".

A Operação Pan-Americana, no seu sentido mais amplo e genérico, con-

substanciou-se num amplo movimento continental, com o indiscutível e franco apoio dos países da América Latina. Buscava a OPA, sobretudo, transformar os princípios e propósitos do sistema interamericano em realidades tangíveis e práticas. Era a busca do desenvolvimento econômico e social integrado e regionalizado, na conjunção de esforços e na procura de objetivos comuns. Não mais a retórica, o palavreado rebuscado, nem as declarações bombásticas - certamente sinceras e bem-intencionadas, todavia sem resultados práticos - mas programas concretos de ação que atendessem às aspirações dessa comunidade de nações. Todo o esforço seria agora concentrado para erradicar do nosso continente o malfadado subdesenvolvimento responsável pelo atraso e sofrimento de nossos povos. Era preciso acabar com os paliativos assistenciais. Chegara a hora de um grande esforço de cooperação.

No dia 20 de junho de 1958, JK dirigiu-se aos embaixadores dos Estados Americanos, acreditados junto ao governo brasileiro, para dizer-lhes: "Verifico que no Brasil - e creio que nos demais países do continente - amadureceu a consciência de que não convém mais formarmos um mero conjunto coral, uma retaguarda incharacterística, um simples fundo de quadro." Afirmando ainda: "Uma participação dinâmica nos problemas de âmbito mundial - é este pelo menos o

pensamento de meu governo - deve ser precedida de uma rigorosa análise da política continental. Foi este o sentido de minha intervenção ao presidente Eisenhower." A proposta era ambiciosa e revolucionária - revolucionária no sentido de uma tomada de posição no panorama americano e mesmo mundial - portanto, contrária aos rançosos conceitos relativos ao posicionamento latino-americano nas decisões políticas, econômicas e sociais do Primeiro Mundo. Esta arrojada pretensão levaria a manobras - sutis, é verdade - que descharacterizassem os objetivos da Operação Pan-Americana.

A quase simultânea troca de governantes do Brasil e dos EUA em 1961 interrompeu o processo em curso. Esse processo que teve o inegável apoio e interesse do presidente Eisenhower.

Jânio Quadros, eleito presidente do Brasil, não tinha nenhum interesse em dar prosseguimento a qualquer programa de JK, muito menos este, de cunho internacional. Sua política externa caracterizou-se por uma aproximação com Cuba, países do Leste Europeu e África. Por sua vez o presidente Kennedy, nos primórdios de seu governo, lançou a Aliança para o Progresso, cujos fundamentos dizia inspirados na Operação Pan-Americana, "teoricamente destinada a dar prosseguimento à proposta brasileira". Segundo o embaixador Celso Souza e Silva: "Os motivos podiam ser sinceros e as intenções corretas. As consequências, porém, não o foram".

Com a morte de Kennedy, a Aliança para o Progresso transformou-se naquele instituto paternalista e assistencialista tão do gosto de nossos vizinhos do Norte. A Operação Pan-Americana, um projeto de tão significativa magnitude, fatalmente mudaria o comportamento dos países abaixo do Rio Grande. A



*O anjo parece flutuar
sobre as cabeças dos
fiéis dentro da Catedral
de Brasília*

práxis americana - à época voltada para o combate ao comunismo - não quis entender e não se interessou pelos propósitos do presidente brasileiro ao propugnar por um projeto desenvolvimentista, único instrumento capaz de derrotar, sem violência, democraticamente, o então risco de uma comunização dos sofridos povos de nosso continente. Já os emissários de Eisenhower, Roy Rubotton e Foster Dulles, obcecados pela idéia do anticomunismo - Cuba estava ali bem ao lado - se negaram a entender a mensagem de Juscelino. Para eles o fundamental não era o desenvolvimento econômico e social do continente, e sim a defesa nacional, o policalesco combate ao comunismo. Esta política levaria nosso continente a uma série de revoluções e à implantação de regimes militares; governos totalitários com restrição das liberdades; regimes fortes sem parlamento ou com parlamentos

subjugados à força das armas.

Na verdade, o que propunha o governo brasileiro por meio da OPA era o pan-americanismo que sempre foi mais que uma simples idéia. Seria a concretização de um velho e histórico estado de espírito, uma consciência coletiva de autodefesa e auto-preservação econômica. Há, mesmo, autores que procuram remontar esse ideal de convivência pacífica aos idos de 1750, quando os reis de Portugal e Espanha, no dia 13 de janeiro, assinaram o histórico Tratado de Madri, com a nítida preocupação de se estabelecer "uma política geral de paz e harmonia" entre as duas potências ibéricas. Os poderosos senhores D. João V, rei de Portugal, e D. Fernando

VI, rei da Espanha, negociaram de modo a preservar suas colônias na América de possíveis conflitos entre seus países, recomendando, em cláusula específica: "La política de buena vecindad", expressão usada mais tarde por Franklin Delano Roosevelt com sua política de "boa vizinhança" para os povos das Américas. Entretanto, o Tratado de Madri ia mais longe, o que seria, de certa forma, um embrião do pan-americanismo, quando em sua cláusula XXI expressa textualmente: "Mesmo em caso de uma guerra entre Espanha e Portugal, se mantenham em paz os vassallos de ambos estabelecidos em toda América Meridional, vivendo uns com os outros como se não houvesse tal guerra entre seus soberanos, sem praticar a menor hostilidade nem por si só nem juntamente com seus aliados." E estabelecia ainda o compromisso de que as colônias da América se uniriam e se auxiliariam contra qualquer ataque ou invasão. Estava aí lançado o que mais tarde, 65 anos depois, pela força de Simon Bolívar, viria dar sentido ao saudável,

porém difícil, estabelecimento de uma política real do pan-americanismo.

A troca das históricas cartas entre Juscelino e Eisenhower, fundamento e semente da Operação Pan-Americana, viria trazer de volta aos nossos povos a esperança de assistir a uma cooperação real e eficiente do nosso parceiro maior, os Estados Unidos da América do Norte.

Em 1947, firmou-se o Tratado do Rio de Janeiro - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - que seria o embrião de uma nova organização regional, a OEA - Organização dos Estados Americanos - criada em 1948, durante a realização da IX Conferência Interamericana, em Bogotá. Mas o que se assistia era a velha política do desinteresse pelos problemas econômicos e sociais da América Latina. Tanto que o presidente Juscelino diria, em uma conferência na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o seguinte: "Nos campos econômico e social a história do pan-americanismo é uma longa procissão de sonhos não realizados, de propósitos abandonados, de amargas decepções e frustrações." O que o Brasil defendia, na palavra de Kubitschek, era a reestruturação na ordem econômica. Mas, aos países desenvolvidos não interessava - como não interessa ainda - o desenvolvimento dos países periféricos, o que poderia e pode ainda significar concorrência para seus produtos manufaturados, ou não, dos quais a América Latina é um mercado cativo. A nós deveria continuar cabendo a exportação de produtos primários, cuja oscilação de preços no mercado internacional acarreta oscilações e dificuldades cambiais, crises e endividamento para os países latino-americanos. Toda essa gama de dificuldades levou o presidente Kubitschek a apresentar "proposta concreta de ação para dar subsistência econômica ao pan-americanismo, ao lançar a Operação Pan-Americana", com o declarado apoio do governo americano. O presidente Eisenhower admite a importância da Operação Pan-Americana na programação dos estudos e projetos para o desenvolvimento. A criação do BID, com capital previsto de um bilhão de dólares e o Plano Eisenhower de ajuda à América Latina, com um capital inicial de quinhentos milhões de dólares, foram as primeiras conseqüências do lançamento da

Operação Pan-Americana. Pena que os governos que se sucederam no Brasil e nos Estados Unidos da América não tivessem tido sensibilidade política bastante para levar avante este projeto de colaboração que, certamente, teria conduzido os países do Sul da América a um alentado programa de desenvolvimento econômico, com seus naturais reflexos no plano social. Indústrias, escolas, hospitais e uma farta produção agrícola seriam hoje realidade em nosso continente.

Surge agora a globalização da economia. Nossa indústria, hoje sucateada, vê-se como que forçada a ceder seu lugar para as multinacionais que já ocupam ponderável espaço no nosso parque e na nossa economia. Não somos contra o capital estrangeiro e achamos mesmo indispensável sua ocorrência em economias como as do mundo subdesenvolvido ou em desenvolvimento. Mas nossas condições hoje seriam bem diferentes se naquela ocasião os objetivos da OPA tivessem sido alcançados.

Temos hoje como propósito em Brasília a criação de mais um instituto para estudo dos problemas que afligem nossos povos e a realização de um

*O artista plástico
Athos Bulcão criou no
Teatro Nacional, na área
externa do prédio,
um visual que impressiona
pela vanguarda e beleza*



intercâmbio cultural interamericano, somado aos esforços realizados pelo Instituto Cultural Brasil - Chile, a UnB - com a Casa da América Latina - e outros. A realização do Festival Latino-Americano de Arte e Cultura seria, certamente, um coroamento glorioso desse propósito. É nosso projeto criar instrumentos que hão de somar-se a outros tantos e que poderão propiciar - pela inteligência, pelo sentimento, pela alma, pela inspiração e pela pureza de seus propósitos - o sadio entendimento entre nossas nações de língua latina. Já outros como Jorge Borges, Gabriela Mistral, Gabriel Garcia Marquez, Miguel de Unamuno, Juan Rulfo e tantos mais, têm nos dado obras de profundo valor literário e que podem levar-nos a uma boa predisposição na tentativa de um encontro efetivo e maior entre nossas nações. Este ideal já nos permite antever auroras mais luminosas no relacionamento de nossas gentes. A integração latina há de se fazer, principalmente, por um esforço comum, consciente e pelo entendimento intelectual. Trabalhos neste sentido hão de ensejar um maior intercâmbio cultural entre nós que temos as mesmas raízes. As marcas culturais de cada povo sul-americano, nossa semelhança no falar, nossa identidade na fé cristã, nossa permanente humilhação ante outros povos hão de propiciar esta integração, este intercâmbio que nos propomos realizar. Nosso objetivo é, portanto, essa

busca e essa procura - que tratados, acordos e cartas tão parcamente têm conseguido - que há de trazer, por intermédio da literatura - na prosa e na poesia, tão do nosso gosto -, um melhor conhecimento de cada um de nós pelos nossos vizinhos. Este entendimento deverá robustecer e facilitar o que se tem procurado realizar pela diplomacia, às vezes tão fria e pragmática. É pela inteligência que se fala às almas, que se toca o sentimento. Há de ser por meio dela que faremos despertar esse imenso coração cheio da latitudinalidade que habita em nós. Sentimento tão arraigado desse amor à nossa terra, mas que dormita sem um estímulo capaz de despertar-nos como Simon Bolívar soube despertar seus contemporâneos no início do século XIX.

É preciso, é mesmo indispensável, que os governos de nossas pátrias tomem em suas mãos esta oportunidade - em que tudo procura nos unir - e criem, além desse empenho em fazer-nos estudar o espanhol, uma forma de levar também até os países de língua castelhana nossas letras, nossa prosa e nossa poesia, nossa música, nosso rico folclore, a beleza de nossa arquitetura e as formas de nossas artes plásticas. É preciso receber deles mais informações culturais, suas manifestações de inteligência e sentimento. Aqui está, portanto, o instrumento.

Faz-se agora mister que surja alguém disposto a levar avante a idéia. E Brasília há de ser o cadinho onde podem-se misturar estes ideais. Aqui em Brasília estão os representantes de todas as nações irmãs do sul e do norte. Aqui - e por que não - no Instituto Histórico e Geográfico de Brasília, deve ser replantada a semente dessa maravilhosa árvore, que há de ser frondosa e há de dar boa sombra, rompendo de uma vez por todas com a submissão, a dependência e os sofrimentos de nossos povos.

Cantemos nossos hinos, toquemos nossas músicas. Façamos nossa



Os prédios residenciais de Brasília guardam uma simetria entre si que dá um ar de monotonia visual à cidade



integração pela cultura. A literatura - na prosa e na poesia -, mais do que outras manifestações da inteligência, abre-nos estradas largas para a união de nossa gente.

O Mercosul, a Nafta, a Camacol e outros compromissos e tratados comerciais poderão ser, por envolver o interesse econômico, instrumentos facilitadores dessa integração que apregoamos e que foi preconizada por Simon Bolívar e por Juscelino Kubitschek.

Que este trabalho que agora propomos - de tão honesta inspiração - seja o instrumento que nos faltava para esse entendimento e essa convivência, tão necessários ao despontar de um novo ideal pan-americano: moderno na reformulação política, diverso no trato dos interesses gerais e de cada um em particular, mas fundado nos ideais que moveram Simon Bolívar e Juscelino Kubitschek na sua luta pela integração de nossas pátrias.

Que o despontar desse novo século seja a grande porta por onde passarão os novos guerreiros da paz e da concórdia. Que os continentes americanos do sul e do norte sejam, enfim, a pátria de todos nós.

(Artigo extraído da Revista do IHG-DF, nº 1, de setembro de 1998.)